

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	263.756	5.595	247.224	10.937
Poder Executivo	238.046	1.804	227.296	8.946
Poder Legislativo	1.128	-	1.095	32
Poder Judiciário	20.710	3.771	15.039	1.900
Ministério Público	3.872	20	3.794	59
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	105.148	59.734	36.335	9.079
Poder Executivo	87.798	45.193	33.835	8.771
Poder Legislativo	623	-	514	109
Poder Judiciário	16.727	14.542	1.986	199
Ministério Público				-
TOTAL	368.904	65.329	283.558	20.017

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor apurado até o bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
	Mínimo Anual de 25% dos Impost na Manut e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuner dos Profess do Ensino Fundamental e Médio Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do total de Recursos do fundeb Liquidadas Inscritas em Restos a Pagar Não-processados	1.866.169 1.131.279	25% 60%
			26,10 110,71

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito Despesa de Capital Líquida		

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social Receitas Previdenciárias (I) Despesas Previdenciárias (II) Resultado Previdenciário (I - II)				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Receitas Previdenciárias (IV) Despesas Previdenciárias (V) Resultado Previdenciário (IV-V)				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	Limite Constitucional Anual
			% Aplicado até o bimestre
	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	945.594	12% 13,23

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 17/set/2013 e Hora de emissão 14h e 31m.

Exposição de Motivos – E.M. Nº 0004/13/SEFA.

De 18 de setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Governador de Estado,

1.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definida por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: despesa com pessoal, dívida consolidada, garantias e contragarantias de valores, operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativo referente a disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.
3.

As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.
4.

Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao quadrimestre maio a agosto de 2013.
- Respeitosamente,

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário de Estado da Fazenda

De acordo,

Em 18 de setembro de 2013

SIMÃO JATENE
Governador do Estado